



A PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA: SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A SEXUALIDADE NO ENSINO DE CIÊNCIAS

Tatiana Pinheiro da Cruz¹
Erinaldo Ferreira Nascimento²

GT 6 – Educação, Inclusão, Gênero e Diversidade

RESUMO

Esse artigo tem como objetivo identificar como a temática 'orientação sexual' foi inserida no currículo escolar direcionado para o ensino de Ciências das escolas. Este estudo foi baseado em Saviani (2015) Silva (2015), Ribeiro (2004). Para tanto, pressupostos da pedagogia histórico-crítica e dos conteúdos clássicos, tais como os relativos à sexualidade, sabendo-se que eles têm um papel relevante na disseminação e sistematização em relação com os conteúdos atribuídos à educação escolar. Por conseguinte, trata-se de uma pesquisa bibliográfica documental de cunho qualitativo, a metodologia utilizada para fazer abordagem através de fontes primária: Parâmetro Curricular Nacional e as secundárias publicações de artigos. Diante dos resultados para pedagogia histórico, que correlaciona a concepção de desenvolvimento da psicologia histórico-cultural não separação entre o desenvolvimento afetivo e cognitivo. Assim a sexualidade poderá ser discutida como conteúdo científico.

Palavras chaves: Ensino de Ciências. Orientação sexual. Pedagogia histórico-crítica. Sexualidade.

ABSTRACT

This article aims to identify how the theme 'sexual orientation' was inserted in the school curriculum aimed at teaching science in schools. This study was based on Saviani (2015) Silva (2015), Ribeiro (2004). Therefore, assumptions of historical-critical pedagogy and classical contents, such as those relating to sexuality, knowing that they have a relevant role in dissemination and systematization in relation to the contents attributed to school education. Therefore, it is a documental bibliographic research of a qualitative nature, the methodology used to approach it through primary sources: National Curriculum Parameter and secondary publications of articles. Given the results for historical pedagogy, which correlates the conception of development of historical-cultural psychology, there is no separation between affective and cognitive development. Thus, sexuality can be discussed as a scientific content.

Keywords: Historical-critical pedagogy. Science teaching. Sexual orientation. Sexuality.

¹ Mestranda em Ensino de ciências e Matemática (PPGECIMA/UFS), Especialista em Educação Ambiental, Especialização em Neuropsicopedagogia em Educação Inclusiva, Faculdade, Fera. Graduada em pedagogia licenciatura pela Universidade Federal de Sergipe. Membro do grupo (FOPTIC) Grupo de Estudo e Pesquisa em Formação de Professores e Tecnologias da Informação e Comunicação. E-mail: tatiana.pinheiro@hotmail

² Mestranda em Ensino de ciências e Matemática (PPGECIMA/UFS). Especialista em Metodologia do ensino da Matemática (2019) pela UNINTER-Centro Universitário Internacional. Especializando em Ensino de Matemática (2018) pela Universidade Federal do Vale do São Francisco-UNIVASF. Licenciado em Matemática (2017) pela Universidade do Estado da Bahia Campus VII, Senhor do Bonfim. Membro do grupo (FOPTIC) Grupo de Estudo e Pesquisa em Formação de Professores e Tecnologias da Informação e Comunicação. E-mail: erigremio2013@gmail.com.



INTRODUÇÃO

Esse texto almeja identificar como a temática orientação sexual foi implementada no currículo escolar, tendo em vista, a aproximação do ensino de ciências como disciplina que corrobora para tal discussão por se tratar de seus conteúdos a reprodução humana e, apontando também, o direcionamento da pedagogia histórico-crítica e dos conteúdos clássicos para discutir a temática sexualidade sendo que, mesmo na atualidade o tema ainda é visto como um tabu.

Nesse sentido, surge a importância de a temática ser discutida cuidadosamente no espaço escolar. Dessa forma, trata-se de uma pesquisa bibliográfica documental de cunho qualitativo, tendo como norte, os Parâmetros Curriculares Nacionais -PCN (1998). Desse modo, essa pesquisa se deu pelo interesse de um dos pesquisadores ter cursado a disciplina: Educação Escolar é Direito Humano do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências e Matemática – PPGECIM da Universidade Federal de Alagoas-UFAL.

Durante o período do curso da disciplina tivemos o contato com diversos textos que retratavam sobre o desenvolvimento humano a partir dos estudos da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico- crítica. Por conseguinte, para então concluir a disciplina foi estabelecido um texto final. Desse modo, foi se constituindo o referencial teórico temos como parâmetro os PCN (1998) e os estudos dos autores Ribeiro (2004) Silva (2015), Saviani (2015) e Martins (2013). Todos esses autores citados em decorrência do referencial teórico defendem a ideia de que o desenvolvimento humano se dá por meio de uma realidade, nesse caso ressalta a relevância da escola, que pode impulsionar através de uma organização sistemática introdução a temática sexualidade despertando nos alunos o interesse pelo tema.

De acordo com Saviani (2016), deve-se o processo de ensino partir da sistematização do currículo e através dessa organização curricular vai sendo disseminado o conteúdo específico da área da educação. Com um currículo escolar situado contribui-se para estimular de um modo positivo, a aprendizagem de cada aluno. Desse modo, o tema sexualidade foi inserido no currículo oficial das escolas após a publicação dos PCN, sendo que essa apropriação se deu a partir dos temas transversais “(RIBEIRO, 2004).”



No período, a inserção da proposta no currículo foi considerada por alguns pesquisadores como sendo avançada, apesar de terem sido reconhecidos alguns aspectos críticos referentes à proposta do Ministério da Educação-MEC e “(SILVA, 2013)”.

A pedagogia histórico-crítica, corrobora que a escola deve estar atenta para sua função de socializar conhecimentos em conjuntura abrangente, o que inclui os saberes artísticos, científicos, filosóficos e sociais, visando atender aos interesses das classes menos favorecidas em prol da superação dos ditames das sociedades capitalistas Saviani (2005). Nesse contexto, ao pretender trabalhar com essa perspectiva pedagógica, surgiram, as seguintes indagações: refletir se a temática sexualidade é inerente à função da escola e, para além disso, investigar de que modo o tema pode ser abordado de forma positiva na instituição escolar. Assim, para discutir sobre as supracitadas colocações, esse artigo faz uma abordagem bibliográfica e documental seguindo o que diz respeito sobre as propostas acerca da temática ‘orientação sexual’, contidas nos PCNs (BRASIL, 1997a; 1997b).

Dessa forma, tendo vista esse processo para uma melhor sistematização o texto está sendo organizado da seguinte forma, inicia-se com o primeiro tópico, O Tema Transversal “Orientação Sexual” nos Parâmetros Curriculares Nacionais, o segundo tópico é Pedagogia Histórico-Crítica: suas Contribuições para a Temática Sexualidade. Por último, temos as considerações e análises encontrados durante a abordagem da construção do texto.

O TEMA TRANSVERSAL “ORIENTAÇÃO SEXUAL” NOS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS

Os Parâmetros Curriculares Nacionais é um documento legal composto por um conjunto de temas preestabelecidos para serem abordados no ensino curricular, e o tema ‘orientação sexual’ é inserido nesse contexto de forma transversal. No entanto, embora a presença de tal temática nos PCNs seja considerada um avanço, ainda não consta uma análise específica dele conforme o pressuposto da corrente da pedagogia histórico-crítica.

Para a pedagogia histórico-crítica, a escola deve ser um lugar de ensino-aprendizagem no qual os alunos tenham acesso a informações diversas, que lhes possibilitem a aquisição também de conhecimento com caráter social. Sendo assim, os conhecimentos



científicos, artísticos, filosóficos e sociais, entre outros, são vistos como legado produzido pela humanidade, o que remete à discussão sobre a neutralidade e a objetividade do conhecimento. Segundo Saviani:

[...] a questão da neutralidade (ou não neutralidade) é uma questão ideológica, isto é, diz respeito ao caráter interessado ou não do conhecimento, enquanto a objetividade (ou não objetividade) é uma questão gnosiológica, isto é, diz respeito à correspondência ou não do conhecimento com a realidade à qual se refere (2005, p. 57).

No que se refere ao quesito da não neutralidade do conhecimento, a pedagogia histórico-crítica reconhece a importância de socializar os conhecimentos que estão relacionados ao âmbito social conforme o contexto da classe trabalhadora, suprindo assim, as desigualdades que estão presente nas sociedades capitalistas Martins, (2013). Com relação à objetividade, ela salienta que o conhecimento é assimilado de acordo com a realidade, sendo, portanto, importante para orientar a ação humana, pois possibilita representar a realidade o mais fidedignamente viável, possibilitando que a formação escolar e social ocorra por meio de processos intra e intersubjetivos Martins (2013).

Vale ressaltar que a pedagogia histórico-crítica não desconsidera o fato de a realidade histórica estar em incessante transformação, bem como o conhecimento atrelado a ela, visto que também é histórica a transformação entre o sujeito e a realidade Silva (2015). Nesse sentido, é essencial selecionar, dentre os conhecimentos produzidos historicamente pelo as gerações passadas, aqueles que reconhecidamente se tornaram fundamentais para o entendimento da transformação intencional da realidade. Sobre estes, Saviani (2015) diz serem denominados conhecimentos clássicos, designação que:

Trata-se de distinguir entre o essencial e o acidental, o principal e o secundário, o fundamental do acessório. Fomenta então a importância, em pedagogia, a noção de clássico. O clássico não se confunde com o tradicional e não se opõe, necessariamente, ao moderno e muito menos ao atual. Pode, pois, se constituir num critério útil para seleção de conteúdos pedagógico, através dos quais, cada indivíduo possa aprender (SAVIANI, 2015, p.287).

Na análise dos PCNs sobre o tema 'orientação sexual', é preciso que se tenha em consideração, os sujeitos a quem a abordagem da temática em contexto escolar interessa, e quais conteúdos devem ser preconizados para que sejam estabelecidas relações com



conhecimentos clássicos. Nesse sentido, parte-se do princípio da análise do conceito de sexualidade.

Silva (2015) salienta que a sexualidade tem grande relevância no desenvolvimento e na vida psíquica dos seres humanos, independentemente da possibilidade reprodutiva a ela atrelada, visto que se articula com a busca do prazer sendo, portanto, uma necessidade essencial dos indivíduos. Nos Parâmetros Curriculares Nacionais, a sexualidade é caracterizada como “algo inerente à vida e à saúde, que se expressa no ser humano, do nascimento até a morte” (BRASIL, 1997b, p.287).

É possível observar que a definição apresentada nos PCNs faz referência à intenção de demarcar um conceito englobante e consensual, sendo, contudo, vago e incorreto que, segundo (SAVIANI, 2008, p.63), trata-se de “uma definição que tenta abarcar tudo já não significa nada”, em especial quando comparada com a amplitude do tema sexualidade. Nesse sentido, tendo em vista, alguns elementos que estão presentes na orientação do MEC, é possível considerar que os PCNs, como estão postos, não reconhecem a compreensão de desenvolvimento psicosssexual psicanalítica (SILVA, 2015).

Para a psicanálise, a cultura é vista como o resultado da repressão sexual, pois ela atuaria como limitante que impossibilita os sujeitos de elevarem seu objetivo sexual, de forma que a libido se torna algo separado para atividades socialmente valorizadas, tais como, o trabalho e a produção artística, entre outros fins. Além disso, a psicanálise evidencia que a sexualidade precede, historicamente, a cultura, o que se altera a compreensão da realidade, pois dessa forma, a sexualidade é o resultado do produto da vida em sociedade (FOUCAULT, 2009; GARTON, 2009; STEARNS, 2010).

Salienta-se ainda que a psicanálise naturaliza o trabalho alienado, tendo em vista que o trabalho pode se constituir como alvo essencial de satisfação do indivíduo, o que se certifica em uma espécie de “natural repulsão humana ao trabalho” (FREUD, 1997, p. 29). Assim, para a pedagogia histórico-crítica, que tem sua base fundamentada no marxismo, a psicanálise não pode ser exposta nas instituições escolares como paradigma explicativo na formação de crianças e adolescentes, o que ocorre em decorrência de sua base principal não abranger o conhecimento científico objetivo.

Nos PCNs, em sua introdução sobre o tema ‘orientação sexual’, naturaliza-se a relação entre o desenvolvimento psicosssexual e sua associação com o desenvolvimento



intelectual, exemplificando que “no período da adolescência é evidente a ativação hormonal marcada pela puberdade, a sexualidade é encarregada de assumir o primeiro plano na vida e interfere no comportamento dos adolescentes” (BRASIL, 1997a, p. 292). Este tipo de colocação ressalta a urgência de abordar o tema em contexto escolar, pois ele tende a estar no centro das atenções dos jovens, sendo tratado em todos os lugares, tanto na escola quanto em outros espaços sociais.

Ainda nos PCNs, afirma-se que “assim como a inteligência, a sexualidade será desenvolvida através das necessidades individuais e por meio da troca em interação com cultura” (BRASIL 1997a, p. 296). Desta forma, o referido documento traz que tanto a inteligência quanto a sexualidade são apropriadas pela interação entre os fenômenos biológicos e culturais, logo, o desenvolvimento da primeira é caracterizado pela teoria construtivista, enquanto o desenvolvimento da segunda é definido através dos estudos da psicanálise, teoria fundamentada na compreensão do desenvolvimento integral do ser humano (DUARTE,2006).

A análise dos objetivos, métodos e conteúdos referentes ao tema ‘orientação sexual’ presentes nos PCNs mostram que a intenção de sua inserção nas escolas é “contribuir para que os alunos possam desenvolver e assumir sua sexualidade com prazer e responsabilidade” (BRASIL, 1997b, p. 311). Rabello et al (2010) enfatizam que a proposta do MEC está atrelada às responsabilidades individuais referentes à sexualidade, sem danos para os aspectos que se relacionam mais diretamente ao prazer especificado no seu objetivo. Assim, ao salientar a responsabilidade do indivíduo em desempenhar a sexualidade, o objetivo de abordar esse tema é apontado em designar uma intenção de manipulação social.

Ao analisarem os PCNs, Maia (2004) e Jacomeli (2007) verificaram que as temáticas relativas à sexualidade estão baseadas nos temas transversais, tendo como base, a função normativa equivalente à da disciplina de Educação Moral e Cívica, introduzida no currículo escolar no período da ditadura militar.

Nesse sentido, percebe-se a relevância do papel social da escola em desenvolver um ensino sistematizado e, ao mesmo tempo, observa-se a falta de preparação dos profissionais para lidar com abordagens acerca da sexualidade e da ‘orientação sexual’. A temática é mais frequentemente abordada pelo currículo escolar nas disciplinas de Ciências e Biologia, pois é nessa área que são trabalhados com os alunos conteúdos sobre temas como o



funcionamento do sistema reprodutor, o ciclo menstrual, hormônios, doenças sexualmente transmissíveis, aborto, entre outros.

Outro ponto de destaque é o fato de a sexualidade, quanto assunto trabalhado no contexto escolar, estar frequentemente correlacionada a abordagens como a ocorrência e o controle de doenças sexualmente transmissíveis-DST, bem como sobre a natalidade especialmente entre adolescentes. Está é uma constatação que exemplifica, entre outros aspectos, a restrição de desmembramentos que é dado ao tema e a falta de sistematização, visto que quanto aparece, a temática tende a ser descontextualizada do aspecto social e com ações descontextualizadas (SILVA ,2015).

Vale ressaltar que no que tange à metodologia, os PCNs abordam uma perspectiva das escolas novistas e construtivistas, cujas discussões são comuns em várias correntes pedagógicas, exemplificadas pela pedagogia das competências, a pedagogia dos projetos, a pedagogia do professor reflexivo e o multiculturalismo, organizadas sem que haja normas padrão, seguindo a máxima do “aprender a aprender”(DUARTE ,2006).

Desse modo, observa-se o efeito de pontuar somente os métodos de aprendizagem e conteúdos essenciais, oriundos do cotidiano, em desvantagens da disseminação de conhecimentos sistematizados e universais (DUARTE, 2006). Verifica-se também a falta das disciplinas clássicas de forma que a escola conquiste alguns objetivos, o que requer a conexão dos seus conteúdos específicos com a proposta dos temas transversais, tanto em atividades planejadas como não planejadas (BRASIL, 1997a; 1997b).

Sendo assim, de acordo com as pedagogias hegemônicas, a ‘orientação sexual’ dos PCNs desconsidera, inclusive, o entendimento em relação à sexualidade, certificando a “impossibilidade, até para os indivíduos que são adultos, de verdades absolutas e imutáveis, visto que, ao mesmo tempo é considerada o componente da subjetividade, a sexualidade se constitui e se altera ao longo de todo o percurso da trajetória humana” (BRASIL, 1997b, p. 335). Dessa forma, os PCN corroboram com o ponto de vista de Figueiró (2009, p. 142), para quem essa temática.

sexualidade [...] faz relação, muito mais, com os desenvolvimentos de trabalhos, que está voltada para manifestações de sentimentos e atitudes e o processo de formação de valores morais, do que com aborda os conteúdos acadêmicos e científicos a ser mobilizados cognitivamente pelos alunos.



A outra abordagem da proposta é que ela conserva a possibilidade de análise da sexualidade de modo não transversal, trabalhada dessa forma com as turmas do sexto ao nono ano. Para tanto, o ensino deve ser desempenhado por um(a) professor(a) ou outro profissional da área que tenha compreensão e aprofundamento diante da temática, tendo uma perspectiva multidisciplinar mediada por um emissor confiável (BRASIL, 1997a; 1997b). Esse entendimento salienta que o tema não pode ser discutido de modo adequado por um(a) professor(a) de outra área ou de disciplina específica, como necessitaria, caso ele compusesse conteúdo escolar importante e indispensável.

Contudo, na prática cotidiana as instituições escolares têm delegado o assunto a profissionais sem formação específica na área da educação, com realce para profissionais que atuam na área da saúde, os quais muitas vezes destacam os conceitos neutralizantes ou formalizadoras de comportamentos de atividade sexual (SILVA, 2015).

Ao inserir o tema ‘orientação sexual’ no currículo escolar, ele deve ser fundamentado na necessidade de corrigir a deturpação originária da educação informal, de modo que o alcance dos objetivos previstos nos PCNs que fiquem em divergência com os princípios individuais das famílias, como nos casos que implicam em abuso dos direitos da criança (BRASIL, 1997a; 1997b). Assim, não seria lícito aprovar, por exemplo, a submissão da mulher ao homem firmado em crenças religiosas, tendendo em vista o valor social de desenvolver a equidade de gênero.

Diante do que é discutido na proposta dos PCNs, enfatiza-se apenas ampliar “o leque de entendimentos e de preferências de modo que o adolescente, escolha em que caminho vai seguir” (BRASIL, 1997a, p. 85). Com isso, as possibilidades de interferência devem se limitar apenas à exposição de opiniões diferenciadas. Neste sentido, é preciso resgatar a colaboração de Saviani para o reconhecimento do papel da escola, visto que, segundo o autor:

Nesse sentido, a escola configura uma situação privilegiada, a partir da qual se pode detectar a dimensão pedagógica que subsiste no interior da prática global [...] a escola diz respeito ao conhecimento elaborado e não ao conhecimento espontâneo: ao saber sistematizado e não ao saber fragmentado; [...] a escola existe, pois, para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitem o acesso ao saber elaborado (ciências) que se estrutura o currículo da escola elementar (SAVIANI, 2005, p. 15).



No entanto, o que se ressalta nos PCNs é que a educação com ênfase na sexualidade, partindo do princípio de que é consistente e fundamentada em valores familiares e pessoais, deve se caracterizar pelo procedimento de compartilhamento das opiniões, o que destaca o conhecimento presente na vida cotidiana, ou seja, o senso comum (doxa). Sendo assim, os saberes individuais assumem espaço entre o saber sistematizado (episteme) predominante no espaço escolar, em um processo no qual professores e alunos emitem e defendem opiniões diferentes umas das outras, sem que sejam auto excludentes, mas sim, extremamente válidas para a construção do conhecimento (SILVA, 2015).

Assim, a compreensão sobre o assunto em debate tem o aval de diferentes pontos de vista, sendo que os conhecimentos produzidos e sistematizados historicamente pela humanidade não são representativos da diversidade cultural presente na sociedade vigente, como explica Furlani (2011). Desta forma, atribuir vozes contrárias sobre os conhecimentos referentes a sexualidade, torna-se indispensáveis na formação escolar dos alunos, pois lhes garante o direito de participar ou não das aulas propostas para temática sobre sexualidade, caso os familiares se posicionem de forma contrária ao estabelecido pela escola (BRASIL, 1997a, 1997b).

Prevalece também nos PCNs a importância de ofertar condições para que professores sem conhecimento prévio sobre a temática, obtenham orientações acerca das discussões a serem trabalhadas em sala de aula. Esta premissa contribui para que o professor em exercício, tenha domínio do conteúdo sexual, além da capacidade de vencer seus próprios desafios referentes ao tema, abandonando seus preconceitos, de uma forma que não se sinta incapaz de problematizar o tema, de um modo que não venha estabelecer sua opinião e os seus valores (BRASIL, 1997a; 1997b).

Nesse sentido, destaca-se a relação dos PCNs com a pedagogia do professor reflexivo, pois fica estabelecido que o educador carece apenas de “um espaço no coletivo e na organização de produção de conhecimento a partir do exercício de atuação de sua prática como professor voltado para o tema” (BRASIL, 1997a, p. 303) e com isso, que “a formação deve acontecer de modo continuado e sistemático, propondo a reflexão de acordo com os princípios de valores e preconceitos que perpassam pelos educadores que se submetem na discussão do tema: Orientação Sexual” (BRASIL, 1997 a;).

A recorrência de constatações sobre a falta de preparação do educador para



trabalhar em sala de aula temas relativos à ‘orientação sexual’ evidência que essa é uma carência presente desde a formação inicial, e que tende a acompanhar os professores ao longo da carreira. Sendo assim, no marco em que os PCNs definem os conteúdos a serem trabalhados na educação, seria importante que a definição se fundamentasse no fato de os educadores não possuírem e/ou não terem contato com esses temas no período de formação.

Vale ressaltar que, de modo geral, os temas transversais alteram a forma como o currículo escolar é organizado, pois propõe quais os conteúdos que devem ser problematizados pelas instituições escolares (Jacomeli,2007). Diante do apresentado, é possível dizer que os PCNs, apesar de introduzir no currículo temas poucos explorados pelas escolas, não contribuem para que seja conferido a eles, conhecimentos científicos, objetivando cada etapa do processo educativo.

Contrariamente, esgotam o currículo e desvalorizam a educação escolar, tendo como princípio contribuir para o desenvolvimento apenas voltado para as necessidades previstas e que norteiam o envolvimento de todos nesse processo, tendo em vista atender aos interesses econômicos. Com isso, não significa afirmar, entretanto, que a sexualidade não deve ser um tema discutido em sala de aula.

PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA: SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A TEMÁTICA SEXUALIDADE

De acordo com Silva (2015), as teorias pedagógicas hegemônicas fazem uma abordagem centrada no entendimento de que o desenvolvimento intelectual e moral são processos neutralizantes que surgem espontaneamente, conforme o amadurecimento de estruturas cognitivas. Sendo assim, seria incoerente tomá-las como base para uma proposta voltada para temas relativos à ‘orientação sexual’, pois os objetivos da ação estariam fadados a terem o espaço escolar como um sistema apenas sistematizado.

Ao inserir as abordagens sobre sexualidade no currículo escolar como tema transversal, Silva (2015) afirma que a escola não tem desempenhado o seu papel de disseminar o conhecimento historicamente engendrado pela humanidade e, nesse sentido, figura como complacente com o fato de a abordagem do tema como proposto pelos PCNs implicar em aceitar o esvaziamento da educação como sendo propício de um desenvolvimento



adaptável, o qual responde apenas às necessidades sociais demarcadas imediatas.

Para a pedagogia histórico-crítica, é de suma importância inserir e problematizar os conhecimentos através de exemplos, tais como: abordar sobre o corpo humano, o aparelho sexual-reprodutivo, os métodos contraceptivos, o modo de contração de DST e as formas para evitá-las, a concepção histórico-social do ser humano como parte de uma construção social dos gêneros, entre diversos outros assuntos relacionados à 'orientação sexual'. Assim, fica evidente que não há apenas uma proposta de educação a ser efetivada no espaço escolar, visto que os conhecimentos são parte indispensável dos saberes que compõem as sociedades atuais.

É com base em entendimentos como o citado acima que Silva (2015) destaca que os objetivos propostos pelo MEC para temáticas como 'orientação sexual' devem ter como paradigma propostas embasadas nos conhecimentos clássicos disseminado pela pedagogia histórico-crítica. Para esta, fazer uma análise biologizante da formação do corpo humano na disciplina de ciências deve ser algo defrontado, especificamente, na formação de educadores, tendo em vista, suplantando problemas como a fragmentação do conhecimento científico.

Dessa forma, partindo do princípio da didática para o ensino de Ciências Naturais correlacionadas com a corrente da pedagogia histórico-crítica, Geraldo (2009, p. 14) confirma que:

Uma parte importante do que o indivíduo será na fase adulta está contida na cultura da sociedade onde vive e será determinada por ela, em outras palavras: nossa subjetividade, nossa humanidade (a linguagem, a racionalidade, as formas das relações sociais, as formas de produção da subsistência) está fixada e determinada fora do organismo biológico com o qual nascemos e que nos define como espécie biológica; não está fixada e determinada no nosso código genético, localiza-se, fixa-se, transforma-se e determina-se nas estruturas culturais nas quais iremos nos desenvolver.

Por outro lado, a citação apresentada, deixa enfatizado que a sexualidade não precisa ser problematizada no aspecto naturalizante no contexto das Ciências Naturais. Desta maneira, para a pedagogia histórico-crítica, o alcance dos objetivos retratados na proposta do MEC requer a propagação de conhecimentos artísticos, científicos e filosóficos que, no Ensino Fundamental menor e maior, são introduzidos nas aulas de língua portuguesa e literatura, ciências, história, educação artística, abordando a formação do corpo através da disciplina educação física. Essa confirmação, entretanto, não certifica a implementação desses conteúdos de modo transversal, visto que, esse tipo de problematização se ancora no



parâmetro pragmático que coloca as necessidades específicas e imediatas como pontos inicial e final da educação escolar, conforme as abordagens apresentadas anteriormente.

É importante salientar que a pedagogia histórico-crítica não desconsidera o cotidiano ou o saber oriundo das vivências dos alunos, pois, ao correlacionar os conteúdos científicos aos contextos deles no processo educativo, defende que ambos são relevantes para a formação. Assim, fundamenta-se na compreensão de que o pensamento se desenvolve com a organização do movimento que vai do concreto ao abstrato, e do abstrato ao concreto; dos conceitos apropriados nos cotidianos aos conceitos introduzidos científicos e vice-versa (Martins, 2013; Vigotski, 2001).

Dessa forma, aprendizagem e desenvolvimento têm muito em comum. Pela intervenção da educação, o professor pode organizar e dirigir atividades de acordo com a realidade e o domínio dos alunos, tencionando que eles se apropriem do saber científico construído pela humanidade. Desse modo, a mediação entre professor e aluno se fundamenta em uma construção afetivo-cognitiva e, portanto, deve instaurar uma contradição apta para oportunizar o desenvolvimento do aluno Facci (2004).

A contradição mencionada é o que Martins (2013) explica ser o que equivale ao não domínio dos conteúdos do contexto dos alunos e o domínio submetido pela realidade do professor, ou seja, a construção do pensamento concreto dos alunos correlacionada com o pensamento abstrato do professor. Com isso, pode-se afirmar que o processo educativo do professor deve partir do princípio de confrontar o contexto do aluno com o entendimento teórico que o professor tem da realidade escolar. Assim, caso no início do processo educativo o aluno e o professor se equiparem, em decorrência de suas experiências oriundas do cotidiano pode não ser estabelecida uma base de construção que se consolide teoricamente. Nesse caso não terá contradição e, no entanto, não ocorre o desenvolvimento (MARTINS, 2013).

Diante do que já foi discutido, uma opção para problematizar a sexualidade na escola, fundamentada nos parâmetros da pedagogia histórico-crítica, é debater a temática mediação a leitura dos clássicos universais, os quais expõe relações afetivas, sexuais e de gênero. Assim, partindo do ponto de vista temporal em que foram escritos, introduzir para os alunos, o caráter histórico e social da sexualidade humana. Desta forma, é possível abordar o assunto exemplificando o fato de a história da sexualidade estar relacionadas com os produtos



da cultura, de modo a possibilitar o entendimento da sexualidade em seu aspecto histórico-cultural, ou seja, vinculada à apropriação do que foi produzido culturalmente pela humanidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, para a pedagogia histórico-crítica, abordagem que correlaciona a concepção de desenvolvimento da psicologia histórico-cultural no âmbito da educação, não há separação entre desenvolvimento afetivo e cognitivo. Sendo assim, fundamentado em seus preceitos, a sexualidade pode e deve ser discutida como conteúdo científico, propondo uma abordagem pautada no entendimento e na análise crítica acerca da relação histórica dos conceitos a ela atrelados.

Desta forma, a construção da sexualidade é abordada em sala de aula como sendo um traço objetivo dos indivíduos e que deve ser problematizada de modo que a padronização da atividade sexual alcance sua separação. É relevante ressaltar que a psicologia histórico-cultural ainda não fundamenta uma teoria embasada no desenvolvimento psicosssexual e, contudo, desenvolvê-la é uma atividade desafiadora para os pesquisadores que seguem esse princípio.

Como demonstrado nas apresentações referentes aos PCNs, os temas relacionados à 'orientação sexual' são propostos como componentes transversais e em moldes que tendem a reforçar o senso comum predominante sobre o assunto. Dessa forma, abordagem do tema pouco ou nada contribuirá com as reais necessidades referente a sociedades atual.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** orientação sexual. Brasília: SEF/MEC, 1997a. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pcn/orientacao.pdf>. Acesso em: mai. 2021.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** orientação sexual. Brasília: SEF/MEC: 1997b. Disponível em : <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro101.pdf>. Acesso em: 02. abri. 2021.

FACCI, Marilda. Gonçalves. Dias. **A Periodização do Desenvolvimento Psicológico**



Individual na perspectiva de Elkonin, Leontiev e Vigotski. Cad. Cedes, Campinas, vol. 24, n. 62, p. 64-81, 2004. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso: 11 de abr. 2021.

FIGUEIRÓ, Mary. Ney. Damico. Educação sexual: como ensinar no espaço da escola. In: FIGUEIRÓ, M. N. D. (Org.). **Educação sexual: múltiplos temas, compromissos comuns.** Londrina: UEL, 2009. p. 141-171.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** Tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 19. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009.

FREUD, Sigmund. **O mal-estar na civilização.** Tradução José Octávio de Aguiar Abreu. Rio de Janeiro: Imago, 1997.

FURLANI, Jimena. **Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

GARTON, Stepher. **História da sexualidade: da antiguidade à revolução sexual.** Tradução M. J. Félix. Lisboa: Editorial Estampa, 2009.

GERALDO, Antonio Carlos Hidalgo. **Didática de ciências e de biologia na perspectiva da pedagogia histórico-crítica.** 2006. 201 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências, 2006. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/101998>
Acesso em: novem.12-11-21

JACOMELI, Mara Regina, Martins. **PCNs e temas transversais: análise histórica da política educacional brasileira.** Campinas: Editora Alínea, 2007. Campinas: Autores Associados, 2009.

MAIA, Ana. Cláudia. Bortolozzi. Orientação sexual na escola. In: Ribeiro, P. R. M. (Org.). Sexualidade e educação: aproximações necessárias. São Paulo: **Arte & Ciência**, 2004. p. 153-179.

MARTINS, Ligia, Marcia. **O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica.** Campinas: Autores Associados, 2013.

RABELLO, Helena, Santos. A Educação sexual como tema transversal. In: Teixeira, Filomena . et al. **Sexualidade e Educação Sexual: Políticas Educativas, Investigação e Práticas.** Braga: Edições CIEd, 2010. p. 375-378.

RIBEIRO, Paulo, Rennes, Marçal. Os momentos históricos da Educação Sexual no Brasil. In: Ribeiro, Paulo. Rennes. Marçal. (org.). **Sexualidade e educação: aproximações necessárias.** São Paulo: Arte & Ciência, 2004. p. 15-25.



SAVIANI, Derneval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 9. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

SAVIANI, Derneval; Bombardi, Érica. Zagaria; Barros, Maissa. **A nova lei da educação: trajetória, limites e perspectivas**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SAVIANI, Derneval. Educação Escolar, Currículo e Sociedade: O problema da Base Nacional Comum Curricular. **Movimento revista de educação**; Faculdade de educação-programa de pós-graduação em educação Universidade federal fluminense. Inss 2359-3296 ano 3 número 4 -2016.

SAVIANI, Derneval; Duarte, Newton. A formação humana na perspectiva histórico-ontológica. In: Saviani, D; Duarte, N. (Orgs.). **Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar**. Campinas: Autores Associados, 2015. p. 13-35.

SILVA, Magalhaes Marcio. **A sexualidade como tema pedagógico: análise das propostas do MEC e da UNESCO para inserção do tema nas escolas**. 2013. 203 f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2013.

SILVA, Magalhaes Marcio. Pedagogia Histórico-Crítica e Sexualidade na Educação Escolar: Considerações a Partir da Análise do Tema “Orientação Sexual” Nos Parâmetros Curriculares Nacionais. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 78-88, jun. 2015. Disponível: [file:///C:/Users/tatia/Downloads/9684-42113-1-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/tatia/Downloads/9684-42113-1-PB%20(2).pdf). Acesso mar. 2021.

STEARNS, Peter. N. **História da sexualidade**. Tradução R. Marques. São Paulo: Contexto, 2010.

VIGOTSKI, Lev. Semenovich. **A construção do pensamento e da linguagem**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2001.